



Protocolo 1.756/2023

De:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES	

Para: DCAT - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA E TELEFONIA

Data: 05/10/2023 às 10:56:01

Setores (CC):

DCAT

Setores envolvidos:

GAB-VER, DAL, DCAT

1.07-Resposta a Requerimento

Entrada*:

Site

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 1236/2023-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos o Requerimento nº 253/2023, de autoria do ilustre vereador, Leandro dos Santos – Professor Leandro (UNIÃO BRASIL), em resposta, encaminhamos o Ofício nº 1.853/2023-GP/PMC, anexo.

Respeitosamente,

Ivanilde Melo.

Anexos:

MANIFESTACAO_SMASC.pdf OFICIO_N_1853_2023_GP_PMC.pdf



1Doc

Protocolo 9- 20.843/2023

De: Jeisy P. - SMASC-CF

Para: SMASC - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Data: 15/09/2023 às 16:48:47

Setores envolvidos:

GAB, SMASC, PGM, SMA-CPL, PGM-CJL, CGM, SMASC-CF, SMA - PROT, GAB- ED

Requerimento Câmara

Prezada Secretaria,

Segue em anexo resposta ao oficio n°1236/2023 – SL/CMC

Atenciosamente.

Jeisy A. C. P. Neves

Coordenadora Financeira SMASC - CF

Anexos:

OFICIO_1236_LEANDRO_2_.pdf



DE: COORDENÇÃO FINANCEIRA – SMASC PARA: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIA E CIDADANIA – SMASC

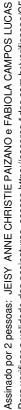
Prezada Secretaria,

Em resposta ao oficio n°1236/2023 – SL/CMC

Segue abaixo resposta à os apontamentos feitos pelo ilustre vereador Leandro dos Santos referente ao processo licitatório 188/2023 que deu origem ao pregão 62/2023 e ata de registro de preço 262/2023 que se trata do Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis, carrinho de pipoca, máquina de algodão doce, profissionais temporários entre outros, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

1 - A administração deve demonstrar a relação entre a demanda prevista e quantidade que serão contratadas, acompanhado dos critérios utilizados para essa mensuração, documentação comprobatória, fotografias, entre outros. Nesse sentido, os Órgãos devem justificar como estimaram as quantidades a serem contratadas, baseadas em dados empíricos e objetivamente comprovados. Podem ser utilizados relatórios estatísticos de consumo médio, mapas de acompanhamentos, memória de cálculo, histórico de consumo, demandas reprimidas, expectativas de alteração na demanda futura, estoque atual, referência técnica, etc.

Informamos conforme no Termo de Referência no item 2.2 consta "Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania foram consultadas e orientadas a estimar os valores com base em seus próprios planos de ação e calendários de eventos para o período dos próximos doze meses. Segue a baixo a devolutiva da formalização de demanda de toda a secretaria."





	SECRETARIA MUNI						in-	SECRETARIA MUN	ICIPAL DE A	SSISTÉNCI	A SOCIAL E	CIDADANIA	١	4
TEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DO TCE	COD.	UNID	QUANT.	JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO								ACESSUAS
	PRESTAÇÃO DE SERVICO -		20648	UNIDAD	e0	Gestão								AEPETI
	DO TIPO LOCAÇÃO	00013447	20048	E (cód.: 1)		Almoxarifado								BPC na escola
	CARRINHO DE PIPOCA.			L (cou 1)		2 S20000 ACC 0000 AC								NUCA
	INCLUINDO PIPOQUEIRO,					C. Tutelar							30	CIDADANIA
	TODOS OS INGREDIENTES					CECAD								COZINHA
	PARA CONFECCAO DE					Controle Social							1	COMUNITÁRIA
	PIPOCA DOCE E					C.M. Habitação							II—	CMU
	SALGADA, QUANTIDADE					C.M. Mulher							II—	HABITAÇÃO
	MINIMA DE 2 MIL SAQUINHOS DE PIPOCA.					CMAS								SINE
	SAQUINHOS DE PIPOCA.					C.M. Idoso								
						CMDCA	9	LOCACAO DE MATERIAL,	0006622	18236	UNIDAD	26	-	Gestão
						6 CREAS		EQUIPAMENTO E ESPACO	0000033	18230	E (cód.: 1)	33	l—	Almoxarifado
						2 SAICA		EM GERAL - DO TIPO			L (cou 1)		I—	540000000000000000000000000000000000000
						C. Passagem		LOCACAO DE					I—	C. Tutelar
						g CRAS I		BRINQUEDO - FUTEBOL						CECAD
						g CRAS 2		DE SABAO, MEDINDO 12 X						Controle Social
						4 CCI		6 M						C.M. Habitação
						ACESSUAS								C.M. Mulher
						AEPETI								CMAS
						BPC na escola								C.M. Idoso
						NUCA								CMDCA
						30 CIDADANIA								CREAS
						COZINHA							8	SAICA
						COMUNITÁRIA								C. Passagem
						CMU	3						6	CRAS I
						HABITAÇÃO	1						6	CRAS 2
						SINE								CCI
														ACESSUAS
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO -	00055797	200.40	UNIDAD	50	Gestão	6							AEPETI
	DO TIPO LOCACAO	00055087	20048	E (cód.: 1)										BPC na escola
	MAQUINA DE ALGODÃO			L (cou 1)		Almoxarifado								NUCA
	DOCE, SERVIDO EM					C. Tutelar							15	CIDADANIA
	PALITO DE MADEIRA,					CECAD								COZINHA
	COM QUANTIDADE					Controle Social							1	COMUNITÁRIA
	MINIMA DE 2.000					C.M. Habitação							l—	
	UNIDADES, COM					C.M. Mulher							I—	HABITAÇÃO
	MONITOR E TODO PRODUTO/MATERIAL POR					CMAS								SINE
	CONTA DA					C.M. Idoso							Ĭ.	
	CONTRATADA.					CMDCA	-	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	00063158	18226	UNIDAD	42	 	Gestão
						6 CREAS		- DO TIPO LOCACAO DE	00003138	10230	E (cód.: 1)	740	11—	Almoxarifado
						2 SAICA		PULA PULA (ATÉ 12 ANOS)			L (cod., 1)		I—	
						C. Passagem	4	COM MONITOR.					1	C. Tutelar
						8 CRAS 1							1	CECAD
						8 CRAS 2								Controle Social
			1			4 CCI			1	l	1	l	11	C.M. Habitação

	SECRETARIA MUN	ICIPAL DE A	SSISTĖNCI	A SOCIAL F	CIDADANIA				SECRETARIA MUNI			A SOCIAL E	CIDADANIA		
	JESKE HIKE TAKES	I CHI ILL DE I	The state of the s	J. GOCELLE E.		ii —	C.M. Mulher	1							HABITAÇÃO
							CMAS							9	SINE
						-	C.M. Idoso							-	
						1	CMDCA								
							CREAS		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO -	00055605	18236	UNIDAD	40		Gestão
						12	SAICA		DO TIPO LOCAÇÃO DE			E (cód.: 1)			Almoxarifado
							C. Passagem		TOBOGA INFLAVEL COM						C. Tutelar
						Q	CRAS I		PISCINA DE BOLINHA PARA CRIANÇAS DE 2 A 6						CECAD
						9	CRAS 2		ANOS COM MUNITOR.						Controle Social
							CCI		THIOS COM MCM TOLE						C.M. Habitação
							ACESSUAS								C.M. Mulher
						-	AEPETI								CMAS
						-	BPC na escola							1	C.M. Idoso
						-	NUCA								CMDCA
						12	CIDADANIA								CREAS
						12	COZINHA							8	SAICA
							COMUNITÁRIA								C. Passagem
							CMU	6						6	CRAS 1
							HABITAÇÃO	1887						6	CRAS 2
							SINE								CCI
						1									ACESSUAS
						44									AEPETI
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO -	00055600	18236	UNIDAD	40		Gestão								BPC na escola
	DO TIPO LOCAÇÃO DE			E (cód.: 1)			Almoxarifado							8	NUCA
	TOBOGA INFLAVEL GIGANTE, PARA						C, Tutelar							20	CIDADANIA
	GIGANTE, PARA CRIANCAS COM IDADE						CECAD								COZINHA
	MINIMA DE 03 A 15 ANOS,						Controle Social								COMUNITÁRIA
	COM MONITOR.						C.M. Habitação								CMU
	J-100-100-100-100-100-100-100-100-100-10						C.M. Mulher								HABITAÇÃO
						3	CMAS								SINE
						3	C.M. Idoso							26	
							CMDCA		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO -	0006630	18236	UNIDAD	40	т.	Gestão
							CREAS		DO TIPO LOCAÇÃO DE	0000030	18230	E (cód.: 1)	40	_	
5						8	SAICA		MINI TOBOGA INFLAVEL			L (cou 1)			Almoxarifado
3							C. Passagem		PARA CRIANCAS DE 10						C. Tutelar
						6	CRAS 1		MESES A 2 ANOS A COM						CECAD
						6	CRAS 2		MUNITOR						Controle Social
						1	CCI		na opera construite de						C.M. Habitação
						l	ACESSUAS								C.M. Mulher
						l 💳	AEPETI	11						8	CMAS
						l —	BPC na escola	11						2	C.M. Idoso
						-	NUCA	11							CMDCA
						20	CIDADANIA							_	CREAS
						20	COZINHA							8	SAICA
							COMUNITÁRIA								C. Passagem
	1	I		1	I		CMU					1		6	CRAS 1

Endereço: Av. Brasil,119, Jardim Celeste – COC - Fone/Fax: (065) 3223-1500 Cel (65) 99940-2453 CEP: 78.210-906 – Cáceres-Mato Grosso



	SECRETARIA MUNI	CIPAL DE A	SSISTÊNCI	A SOCIAL E	CIDADANIA			SECRETARIA MUNI	CIPAL DE A	SSISTÉNCI	A SOCIAL E	CIDADANIA		
						6 CRAS 2								Controle Social
						CCI								C.M. Habitação
						ACESSUAS								C.M. Mulher
						AEPETI								CMAS
						BPC na escola								C.M. Idoso
						NUCA								CMDCA
						20 CIDADANIA								CREAS
						COZINHA								SAICA
						COMUNITÁRIA								C. Passagem
						CMU								CRAS I
						HABITAÇÃO								CRAS 2
						SINE								CCI
						1 2		1						ACESSUAS
_	SERVICO DE	00071035	5290	UNIDAD	16	Gestão								AEPETI
	PROFISSIONAL DE	000/1035	2380	E (cód.: 1)	10	Almoxarifado	1							BPC na escola
	TEMPORARIO - DO TIPO			L (60d 1)		J								NUCA
	MONITOR PARA PINTURA					C. Tutelar							08	CIDADANIA
	DE ROSTO INFANTIL					CECAD								COZINHA
						Controle Social							_	COMUNITÁRIA
						C.M. Habitação								CMU
						C.M. Mulher CMAS								HABITAÇÃO
						C.M. Idoso								SINE
						C.M. Idoso CMDCA								
						CREAS	-					-		Transcription
									00033061	5380	UNIDAD E (cód.: 1)	58	_	Gestão
						4 SAICA C. Passagem		PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO			E (cod.: 1)			Almoxarifado
						2 CRAS I		PICOLEZEIRO,						C. Tutelar
						2 CRAS 2		INCLUINDO CARRINHO						CECAD
						CCI		DE PICOLE, COM VARIOS						Controle Social
						ACESSUAS		SABORES, QUANTIDADE						C.M. Habitação
						AEPETI		MINIMA DE 400 PICOLES.						C.M. Mulher
						BPC na escola								CMAS
						NUCA NUCA								C.M. Idoso
						8 CIDADANIA								CMDCA
						COZINHA	10						6	CREAS
			1			COZINHA	1						2	SAICA
						CMU								C. Passagem
						HABITAÇÃO							8	CRAS I
						SINE							8	CRAS 2
						100000		1					4	CCI
														ACESSUAS
		390159-9	5380	UNIDAD	08	Gestão	1							AEPETI
	PROFISSIONAL		1	E (cód.: 1)		Almoxarifado	1							BPC na escola
	TEMPORARIO - DO TIPO					C. Tutelar								NUCA
	PERSONAGEM TEMATICO	1	1	1	1	CECAD	1	1	1		1	1	30	CIDADANIA

2 - Assim sendo, realçamos a ausência – no Documento de Formalização de Demanda – DFD – dos respectivos e necessários documentos que comprovem/justifiquem as demandas apresentadas (como: notas fiscais, notas de empenho, contratos e ata de licitações anteriores, entre outros), cuja inobservância afronta, dentre outros dispositivos, o art. 15, \S 7°, inciso II, da Lei 8.666/1993 e Acórdão 331/2009-P do TCU (Voto do Ministro Relator).

Conforme informado acima foi elaborado por cada Coordenação junto com suas respectivas unidades o Documento de Formalização de Demanda – DFD.

3 - Aduzimos, ainda, que as contratações públicas, decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preço. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

Conforme documentação exigida pela lei, foi feito a pesquisa de preço com os prestadores deste tipo de serviço no município de Cáceres/MT conforme constam no processo licitatório no <u>despacho 1.</u> Sendo as empresas Atacilio Ramos, G B Albertini, Mariluce Pinheiro,MSR Locação de Brinquedos, Mundo Magico, Romalino Sorvetes e Valy Kids Diversões.

4 - Nesse sentido, é preciso levar em conta todas as fontes de referências disponível, com maior amplitude possível, que engloba as mais diversas fontes: fornecedores, pesquisa em catálogos de fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas de SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas (Acórdãos 2.170/2007-P do TCU e 1620/2010-P do TCU).

Endereço: Av. Brasil,119, Jardim Celeste – COC - Fone/Fax: (065) 3223-1500
Cel (65) 99940-2453 CEP: 78.210-906 – Cáceres-Mato Grosso
Email: smasfinanceiroccac@gnīā@200m| Anexo: MANIFESTACAO_SMASC.pdf (6/9)





Conforme em resposta ao Procurador no despacho 27

"A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no item 8 da N SCL Nº 01/2022, empregados de forma combinada: prioritariamente, foram consultados os preços através do sítio "banco de preços", uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseiase em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos 8.1.2 N SCL Nº 01/2022, porem nesta pesquisa não foram encontrados itens iguais ou semelhantes para balizamento de preço, pesquisa direta com fornecedores sendo está a fonte disponível para balizamento com no mínimo 4 cotações.

Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam a mediana das cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários máximos dos itens a serem licitados. O Mapa de Preços também é um anexo em formato PDF que compõe este processo; "

5 - Contudo, a pesquisa de preços (processo de planejamento da contratação e que foi sintetizada através das cotações contidas no Quadro e Resultado das Cotações nº 00522/23, cujo custo da contratação apresenta o valor total estimado de R\$ 658.234,00), não foi realizada com amplitude suficiente e proporcional ao risco da compra (p. ex.: nos itens de nº 03 a 08 do Termo de Referência – T.R. contaram apenas com quatros orçamentos, assim como o item nº 09 do T.R. contou tão somente com três orçamentos), assim como houve e haverá o vencimento de cotações insertas no expediente (fornecedores cód. 34167 e 40445, cuja vigência do orçamento é até 23/07/2023 e 18/07/2023, respectivamente). Logo, contrariou-se – dentre outros dispositivos – o art. 15, da Lei de Licitações, ao art. 7º do Decreto n.º 7.892/2013, ao Acórdão 2.637/2015-P do TCU, e a Resolução de Consulta – RC nº 20/2016 do TCE/MT:

Conforme em resposta ao Procurador no despacho 27

"Declaramos que foi feita análise crítica dos preços coletados, observou-se que os valores das propostas não apresentaram muita variação. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento do material a ser adquirido/contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado. O Mapa de preço foi composto de no mínimo (3) cotações válidas com valores bem próximos e equilibrados."

Referente as cotações que se encontravam com vigência encerrada ou que iriam se encerrar foram atualizadas, através de solicitação junto ao fornecedor, sendo anexadas no **despacho 27** juntamente com a retificação do TR feita pelas recomendações da PGM e do Procurador do Município.

Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam a mediana das cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários máximos dos itens a serem licitados. O Mapa de Preços também é um anexo em formato PDF que compõe este processo e preços homologados são preços usuais de mercado.





6 - Vale destacar, conforme os demonstrativos da pesquisa de preços, a divergência nas metodologias de tratamento de dados ("média" e "mediana"), ou seja, não observou a necessidade do emprego da metodologia da "média saneada" para obtenção do preço de referência e, com isso, contrariou-se o art. 14 do Decreto Municipal n° 39/2022[5] e itens 9.2 e 9.2.1 da Instrução Normativa do Sistema de Compras e Licitações – IN SCL n° 01/2022.

Considerando o item 9 N SCL Nº 01/2022 que não for possível utilizar a média saneada deverá ser justificado, informo que no processo foi justificada qual metodologia de tratamento de dados foi utilizado, pois ao inserir no sistema SCPI 9 a média saneada houve itens com valores zerados não sendo possível utilizar esta metodologia sendo assim utilizamos a média ou mediana qual se mostrar economicamente mais viável.

7 - Feitas tais observações, torna-se imperioso destacar que por tratar-se de um procedimento licitatório com viés de contratar o melhor produto, bem como o melhor preço, não pode, em circunstância alguma haver exigências ou restrição de condições que possibilitem/restringem os concorrentes de um provável procedimento. Ou seja, o edital de licitação não pode estabelecer limitações, para participação na licitação, que não estejam expressamente previstas em Lei.

Na referida licitação não se houve restrição com as empresas que se propuseram a participar do certame, apenas é obrigatório a empresa estar com todas suas documentação regulares e que são exigidas para se cadastras no portal de compras do governo federal COMPRASNET (compras.gov.br) onde e realizadas os pregões de forma virtual aberta para o Brasil todo, com data e horário publicado nos meios de comunicação **oficias** como <u>Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso (DOC/TCE-MT), Diário Oficial da União e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso. Agendando o certame para o dia 23/08/2023 ás 09:00 no horário de Brasília/DF.</u>

8 - Todavia, houve, no item 4.3.6 do edital, sem a juntada de justificativa plausível e fundamentada, a vedação à participação de empresas reunidas em consórcios, contrariando assim o art. 33, da Lei de Licitações, Acórdãos 1.636/2007-P e 1.316/2010-1C do Tribunal de Contas da União – TCU.

No Termo de Referência – TR no <u>item 16</u> informa "Vale lembrar que, o Art. 33 da Lei 8.666/93, conferiu a discricionaridade à Administração para permitir ou vetar a formação de consórcio em certame licitatório. É sabido que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, em que, isoladamente, as empresas não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Tratando-se do objeto em questão, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame por se tratar de um registro de preços por item, de aquisição comum, a ser executado ao longo de 12 (doze) meses em sua totalidade ou não, que não demandam especialidades diferentes entre as empresas, as quais poderiam impedir à aquisição por uma única empresa. É nítido, neste caso também que, a reunião de empesas em consórcio,



ao invés de estabelecer uma disputa entre as empresas, as mesmas formalizariam acordo para eliminar a competição caso estivessem reunidas em consórcio.

Diante de todo o exposto e, considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer os produtos a serem contratados facilmente comprovados através do número de cotações inseridas no processo, fica vedada à participação de consórcios na licitação."

9 - Por derradeiro, cumpre-nos enfatizar a descrição do objeto de forma imprecisa e insuficiente, destoando do preconizado – dentre outros dispositivos – no art. 14 da Lei nº 8.666/1993 e Súmula 177 do TCU, vejamos:

As descrições dos itens foram feitas através de pesquisa no site <u>Portal de Serviços/TCE-MT (https://servicos.tce.mt.gov.br/consulta-item)</u>, onde foi retiras os códigos e toda a descrição cabíveis, conforme descriminação contidas no TR.

1. Os itens de nº 03 a 09 do T.R. não definiram o tempo mínimo que os objetos/serviços deverão estar disponíveis à SMASC;

No Termo de Referência – TR no <u>item 1.8</u> informa "Para o item 3 e 9 o tempo mínimo de locação e de 4 horas."

2. O item nº 08 também não definiu se haverá quantidade mínima de pinturas, bem como não explicitou – minimamente – sobre o material que deverá ser utilizado na execução dos serviços;

No Termo de Referência – TR no <u>item 1.9</u> informa "Para o item 8 o atendimento será por evento em quanto tiver crianças a serem pintadas, todo o material necessário para realização do serviço fica de responsabilidade da contratada, sendo este material de boa qualidade e específico para pintura de pele."

3. O item nº 09 também não trouxe um rol taxativo ou exemplificativo dos personagens que eventualmente serão ou poderão ser demandados pela SMASC.

No Termo de Referência – TR no <u>item 1.10</u> informa "Para atendimento do item 9 os personagens para atender eventos como (natal, dia das crianças dentre outros)"

Diante do parecer da Controladoria Geral do Município, pedimos a impugnação do Processo Licitatório: 000165/23, Modalidade: Pregão Eletrônico 62/2023, objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis, carrinho de pipoca, máquina de algodão doce, profissionais temporários entre outros, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por considerar que não houve amplitude suficiente e proporcional na pesquisa de preço, em relação ao risco da compra.

Ainda que o processo foi analisado por equipe de alto saber jurídico, pelo que se percebe, merece ser de pronto suspenso e ou desde já retificado, principalmente no tocante aos elevados valores não estimados pela pesquisa de preço, os quais poderão divergirem dos



praticas no mercado. Outro ponto relevante para o pedido, são as exigências ou restrição de condições que possibilitem/restringem os concorrentes de um provável procedimento, conforme item 4.3.6 do edital, que contraria o artigo 33, da Lei de Licitações, Acórdãos 1.636/2007-P e 1.316/2010-1C do Tribunal de Contas da União - TCU.

Conforme o PARECER Nº 478/2023 – PGM "a data prevista para a apresentação de irresignações de forma tempestiva seria até o dia 21/08/2023, já que a data marcada para o certame era em 23/08/2023.

Destaca-se, ainda, que o Pregão Eletrônico nº 062/2023 já se encontra homologado desde o dia 29/08/2023, conforme publicação e extrato da ata em anexo ao Despacho 38 do Processo Licitatório nº 188/2023. "

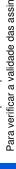
Portanto, cumpre-nos enfatizar que segundo o parecer da Controladoria Geral do Município, a descrição do objeto do processo licitatório é imprecisa e insuficiente, destoando do preconizado – dentre outros dispositivos – no art. 14 da Lei nº 8.666/1993 e Súmula 177 do TCU.

As descrições dos itens foram feitas através de pesquisa no site Portal de Serviços/TCE-MT (https://servicos.tce.mt.gov.br/consulta-item), onde foi retiras os códigos e toda a descrição cabíveis, conforme descriminação contidas no TR.

Cáceres – MT. 15 de setembro de 2023.

Respeitosamente,

Jeisy Anne Christie Paizano Neves Coordenadora Financeira





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C50F-58C5-ECA2-830D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JEISY ANNE CHRISTIE PAIZANO (CPF 740.XXX.XXX-68) em 15/09/2023 15:49:12 (GMT-04:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

FABIOLA CAMPOS LUCAS (CPF 452.XXX.XXX-20) em 15/09/2023 16:01:51 (GMT-04:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://caceres.1doc.com.br/verificacao/C50F-58C5-ECA2-830D



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Oficio nº 1.853/2023-GP/PMC

Cáceres - MT, 03 de outubro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor **VER. LUIZ LAUDO PAZ LANDIM** Presidente da Câmara Municipal de Cáceres Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório Cáceres – MT - CEP 78210-056

Ref.: Protocolo 20.843/2023

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 1236/2023-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos o Requerimento nº 253/2023, de autoria do ilustre vereador, **Leandro dos Santos** – **Professor Leandro** (UNIÃO BRASIL), que requer ao Executivo Municipal a impugnação do Processo Licitatório: 000165/23, Modalidade: Pregão Eletrônico 62/2023.

Em resposta, vimos encaminhar a Vossa Excelência as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, constantes no Expediente datado de 15/09/2023, e documento acostado, cópia anexa.

Atenciosamente.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1220-A624-418A-8455

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS (CPF 566.XXX.XXX-49) em 05/10/2023 09:03:17 (GMT-04:00) Papel: Assinante

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://caceres.1doc.com.br/verificacao/1220-A624-418A-8455

1Doc:

Protocolo 1- 1.756/2023

De: Henrique M. - DCAT

Para: DAL - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Data: 05/10/2023 às 11:15:32

Setores (CC):

GAB-VER, DAL

Resposta ao OF 1236/2023-SL/CMC, no qual esta Casa encaminha cópia do Requerimento 253/2023, de autoria do Vereador Professor Leandro.

Henrique Barcelos Moraes

PROTOCOLO

1Doc: 13/13